

AUTORITARISMO E EDUCAÇÃO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES A PARTIR DA DISCIPLINA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL

Maria Amélia Silva Nascimento¹

Resumo: O presente estudo se configura como uma amostra do projeto inicial de tese, em que se busca saber de que maneira as práticas disciplinares desenvolvidas nas escolas Cívico-Militares se relacionam com o autoritarismo. E o objetivo principal é demonstrar as práticas disciplinares adotadas pelas escolas Cívico-Militares e sua relação com o autoritarismo, levando em consideração as tensões e contradições. A elaboração do projeto emergiu a partir do que temos percebido sobre movimentos e eventos antidemocráticos e autoritários que, dentre outras ações, têm provocado a militarização de vários setores da sociedade, a exemplo da expansão vertiginosa das escolas militares. A pesquisa é de natureza qualitativa, em que se propõe a estudar os documentos que fundamentam a implantação das escolas militares, bem como aplicar questionários, realizar entrevistas com os diretores e supervisores disciplinares, alunos, professores e outros sujeitos das escolas militares no Território do Sisal na Bahia. Os estudos de Adorno (1995, 2019), Deluze (1992), Foucault (2014), Freire (1985, 1996, 2005, 2007), Santos (2016), e Saussure (2012) são importantes nessa discussão no sentido de compreender como se estabelecem processos autoritários e suas consequências. Cumpre ressaltar que o projeto inicial de tese se encontra em construção. Desse modo, várias mudanças em torno dos elementos estruturantes aqui apresentados irão acontecer até que se chegue à versão final.

Palavras-Chave: Escolas cívico-militares. Educação. Disciplina; autoritarismo. Educação. Projeto de tese.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de Pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientadora Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Endereço eletrônico: masnascimento22@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A ideia de que os militares representam um setor importante do Estado no sentido de oferecer aos cidadãos um serviço de segurança e proteção faz parte da crença de muitos brasileiros. E este pressuposto tem contribuído significativamente para que os militares das diversas corporações venham marcando presença em vários setores públicos, inclusive nas escolas estaduais e municipais em todo o Brasil.

Cumprе salientar que o sistema de educação militar² faz parte do âmbito da educação brasileira há bastante tempo por meio do Exército, Corpo de Bombeiros, Marinha e Aeronáutica, e que o ingresso era restrito à formação de suas corporações, sendo que o ingresso também era permitido aos filhos de militares e outros. Com o passar do tempo, esse processo foi sendo ampliado para os civis, bem como passaram a existir vários colégios estaduais administrados pela polícia militar nos diversos entes federativos, mas, sobretudo, cabe destacar o protagonismo do Estado de Goiás desde o início do século XXI (CRUZ; RIBEIRO, 2015, p. 200).

Nesse contexto, é imprescindível sinalizar que a partir de vários movimentos ocorridos desde 2013, com destaque para o “Golpe de Estado de 2016” e a vitória do atual Presidente da República no ano de 2018, tem aumentado o processo de militarização das escolas em todo país. Inclusive a ampliação do número de escolas militares foi uma proposta da campanha regulamentada pelo decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019a), cujo artigo 16, dentre outros pontos, tornou legal

² *Colégios militares*. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colégios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTIAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1. Acesso em: 19 jul. 2020.

a adesão e ampliação progressiva das escolas públicas estaduais e municipais ao modelo dos colégios militares de referência já existentes. Nesse mesmo documento, ao alterar a estrutura regimental do Ministério da Educação e Cultura (MEC), criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Sendo que o Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim) foi sancionado em 05 de setembro de 2019, pelo decreto nº 10.004/19 (BRASIL, 2019b).

A metodologia desenvolvida nos colégios militares, que tem como princípio um conjunto de regulamentos e padronização a serem seguidos, e que tornam os alunos *corpos disciplinados, enquadrados e dóceis* é apresentada como solução para diversos problemas no âmbito das escolas públicas. Isso se deve ao fato de que a maioria dos colégios militares tem obtido resultados satisfatórios em relação às demais escolas públicas nas avaliações do MEC, e outras avaliações de organismos internacionais. No entanto, deve-se levar em consideração um conjunto de fatores estruturantes que diferenciam esses colégios dos demais, além das regras rígidas. Portanto, é um assunto que carece ser problematizado.

É imprescindível estudar e analisar o processo de desdobramento da atual conjuntura (FREITAS, 2018). É inegável a crise que vem sendo construída no âmbito político, econômico, sociocultural, com vistas à recomposição da burguesia junto aos espaços importantes do poder, e a potencialização de conflitos entre as classes, o que sem dúvida tem afetado diversos setores sociais, dentre eles a escola, que tem se tornado um espaço de disputa, a partir de uma perspectiva hegemônica das relações sociais capitalistas (MÉSZÁROS, 2008).

Sobre pensamento neoliberal em relação à educação, Freitas (2018, p. 31) argumenta que “O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um

livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social em qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência”. É desse contexto mais recente que tem surgido o conjunto de projetos neoliberais e autoritários, a exemplo a terceirização e privatização do ensino, o projeto Escola sem Partido, a militarização, o *homeschooling* e vouchers.

Observa-se que Pecim tem se tornado uma das principais políticas no âmbito da educação do atual governo federal. Porém é forçoso salientar que em muitos estados — inclusive na Bahia³ — já vinha ocorrendo a adesão das escolas estaduais e municipais ao regime dos Colégios administrados pelas polícias estaduais. Com isso, passou a figurar uma “nova” forma de gestão, com diferentes nomenclaturas, isso de acordo com os mais diversos e inacreditáveis arranjos estabelecidos entre os estados e as Secretarias de Segurança Pública (SSP).

A partir desses fatos, começamos a fazer algumas leituras sobre a militarização das escolas no Brasil. Contudo, não demorou muito tempo para sermos pegos de surpresa, quando no mês de dezembro de 2018, a prefeita de Santaluz-BA, Quitéria C. de Araújo (PSD), deu início ao processo de adesão ao acordo de cooperação técnica, para tornar o Centro Educacional Nilton Oliveira Santos (CENOS)⁴ — uma das maiores escolas, localizada na sede do Município de Santaluz (BA) — uma Escola administrada pela Polícia Militar da Bahia⁵.

³ Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/convenio-vai-permitir-a-municipios-usar-metodologia-de-ensino-dos-cpms>. Acesso em: 18 abr. 2019.

⁴ Metodologia de ensino dos colégios da PM será aplicada em escola do município. Disponível em: <http://noticiasdesantaluz.com.br/inaugurada-nova-sede-da-policia-militar-em-santaluz/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

⁵ Sou professora efetiva do Sistema Municipal de Ensino de Santaluz-BA, e lotada no CENOS, escola militarizada.

Consideramos que o autoritarismo já começou a ser evidenciado no processo de implantação do CENOS, pois não ocorreu uma consulta prévia para saber se a comunidade escolar, bem como o Conselho Municipal de Educação (CME) desejavam e aprovavam a adesão. Frente a todo este acontecimento, uma vez que passamos a ser parte de uma escola militarizada, urgia a necessidade de pesquisar, conhecer, discutir, analisar, refletir e produzir saberes sobre este processo. Desse modo, elaboramos projeto de Tese, que foi submetido e aprovado no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Edital 042/2020.

A QUESTÃO DA PESQUISA E SEUS FUNDAMENTOS

A educação brasileira é resultado dos processos históricos, políticos, econômicos e socioculturais, sendo que a promulgação da Constituição Federal em 1988, e posteriormente da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394/96, representam momentos importantes, e a partir disso foram desencadeados vários processos no sentido de implementar ações democráticas na educação, muito embora, Santos e Pereira (2018) advertem que não tem ocorrido a devida consolidação da democracia no âmbito das escolas.

Na atual conjuntura tem ocorrido a intensificação da crise política e social, com isso, vem se justificando a atuação de militares em setores estratégicos do poder, inclusive o Ministério da Educação (MEC) tem atuado conjuntamente com os setores militares, que faz parte da estratégia de dominação, orientada pelo imperialismo externo que tem marcado a história das nações subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, sobretudo na América Latina. Sobre essa questão, Fernandes (1973, p. 31) argumenta que a *militarização* e *autoritarismo* tornam-se estratégias de poder em nome de um suposto desenvolvimento.

A adesão das escolas à metodologia dos colégios militares já vinha ocorrendo em todo Brasil antes de 2019, nesse contexto é forçoso citar o caso da Bahia, em que o governador do Partido dos Trabalhadores (PT), no dia 10 (dez) de maio de 2018⁶, celebrou um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e a União dos Municípios da Bahia (UPB) para ser compartilhada com os Sistemas Municipais de Ensino das prefeituras baianas a metodologia educacional dos colégios da Polícia Militar da Bahia. Portanto, o governador baiano ampliou a militarização para além dos colégios estaduais.

A partir do que foi abordado, observa-se que a educação básica brasileira está inserida em uma conjuntura que coloca em risco o exercício dos princípios democráticos necessários ao processo educativo. Mediante toda essa problemática da militarização é que elaboramos esse projeto inicial de tese, que foi guiado pela seguinte questão: De que maneira as práticas disciplinares desenvolvidas nas escolas Cívico-Militares se relacionam com o autoritarismo? Sendo que o principal objetivo é demonstrar as práticas disciplinares adotadas pelas Escolas Cívico-Militares e sua relação com o autoritarismo, levando em consideração as tensões e contradições.

É importante que se pense sobre a presença do autoritarismo na sociedade, e, sobretudo nas escolas. Nesse sentido os estudos de Adorno (2019) sobre *A personalidade autoritária* têm contribuído para refletir melhor sobre as características dos sujeitos autoritários a partir de elementos importantes: o poder como desejo forte, ações fundadas em

⁶ Convênio vai permitir a municípios usar metodologia de ensino dos CPMs. Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/convenio-vai-permitir-a-municipios-usar-metodologia-deensino-dos-cpms>. Acesso em: 18 abr. 2019.

regras rígidas, intolerância com as diferenças, bem como a utilização de estereótipos, tanto no pensamento quanto no comportamento para prevalecer suas ideias.

Paulo Freire, com o seu legado imensurável, também nos ajuda a problematizar e pensar sobre a metodologia das escolas militarizadas, sobretudo a partir da sua pedagogia *decolonial* e um tanto quanto *insurgente*, que tem como princípios a criatividade, criticidade e tomada de consciência dos sujeitos sobre si, e sua relação com o mundo. Nesse sentido as escolas militares representam retorno à “educação bancária”, que visa apequenas a educação pública em nosso país e trazer um viés para fragilizar a nossa jovem democracia.

É oportuno frisar que essas escolas militares possuem regimentos próprios, que, dentre outras atribuições, estabelecem uma rotina diária, como por exemplo, entrar em forma/filas ao chegar e sair da escola, cantar hinos, bater continência, dentre outros rituais, bem como é exigido o fardamento completo, além de uma postura corporal condizente com o regime militar. Todos esses pressupostos disciplinadores expressam valores, costumes, ideais e ideologias da corporação militar, e formam um conjunto de signos, que por sua vez passou a ser bastante exaltado e valorizado por vários grupos da sociedade brasileira defensores da expansão do ensino militar (SAUSSURE, 2012, p. 47).

As ideias de Michael Foucault (2014, p. 134) são fundamentais para que se pense sobre os objetivos da disciplina dos corpos, quando argumenta que: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, pois a forma como as escolas militarizadas submetem os alunos ao cumprimento de regras rotineiras certamente tornam esses sujeitos mais passivos, menos críticos e autônomos, portanto menos potentes politicamente.

É notório que a tecnologia da *docilização dos corpos* não é algo novo no mundo, porém, no Brasil, como já afirmamos anteriormente, este movimento vem ganhando força nos últimos anos, a partir da presença da polícia no contexto escolar, como gestores disciplinares, o que é bastante preocupante quando se pensa sobre o perfil das atuais e futuras gerações que está sendo formada no contexto das escolas militarizadas.

A abordagem de Deleuze (1992) *sobre as sociedades de controle* evidencia modelos de sociedade, que são baseados na *soberania*, na *disciplina* e *controle*, ainda que esses modelos façam referências a sociedades anteriores pode-se observar que seus princípios e objetivos são muito atuais, principalmente quando se pensa sobre o processo de militarização das escolas públicas brasileiras.

Entendemos que a aprendizagem não deve ser pautada somente na *mera transmissão de conhecimento*, bem como não se deva proporcionar a modelagem dos sujeitos a padrões estabelecidos ideologicamente, é nessa perspectiva que precisamos estar atentos aos espaços educativos com prenúncios de *barbárie* (ADORNO, 1995).

Pelo que se observa, a metodologia militar figura na contramão de uma educação que busca a criticidade, a inclusão, tal processo nos parece afinado com a busca da subalternização dos sujeitos (SPIVAK, 2010). O que é um perigo para o exercício da democracia, que já se encontra fragilizada.

ALGUMAS IDEIAS SOBRE OS CAMINHOS DA PESQUISA

Quanto ao procedimento metodológico, a abordagem qualitativa é que melhor se adequa ao projeto de pesquisa, visto que ela é bastante utilizada nas pesquisas educacionais nas últimas décadas, e também permite adotar uma série de

procedimentos e instrumentos para a coleta de dados (ANDRÉ, 1995).

A pesquisa documental será importante inicialmente, no sentido de conhecer o conjunto de leis e outros documentos que fundamentam a expansão da militarização das escolas em esfera Federal, Estadual e Municipal. Posteriormente, pretendemos identificar o total de escolas estaduais e municipais que foram militarizadas a partir de 2015 na Bahia, preferencialmente no Território do Sisal, e, a partir disso eleger uma quantidade de escolas para aplicar questionários e realizar entrevistas com os principais sujeitos do processo, no caso, diretores pedagógicos e disciplinares, bem como os alunos, pais e conselhos ou colegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que uma pesquisa científica se desenvolve a partir do surgimento de algum problema relevante, e a partir disto o pesquisador ou pesquisadores adotam um conjunto de procedimentos necessários ao desenvolvimento dos estudos, que são executados em diferentes etapas. Por essa razão, este texto, como foi dito inicialmente, é apenas uma amostra do projeto inicial de tese, para compor os *Anais Interlinhas, 2021.1 do Programa Pós-Crítica, UNEB*, como requisito obrigatório curricular.

Os estudos preliminares até aqui realizados sobre a militarização das escolas têm apontado um cenário de retrocessos, principalmente quando se pensa na formação que tem por base os princípios da criticidade, reflexão e emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, o que pensar sobre a sociedade atual? Mas, sobretudo o que será da sociedade do futuro? Vez que serão vários sujeitos egressos dessas escolas atuando socialmente e reverberando os “valores” e “ideologias” do militarismo.

Espera-se que os resultados obtidos no decorrer da pesquisa possam responder a questão central do estudo e, além disso, que possam contribuir positivamente para o âmbito educacional, com a apresentação de um panorama que tem se efetivado em torno das práticas disciplinares nas escolas militarizadas, e a relação dessas práticas com o autoritarismo, principalmente a partir da realidade do Território do Sisal.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Org. Virginia Helena Ferreira da Costa. Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.
- BRASIL. *Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019*. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação 2019a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 10.004*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 6 set. 2019.
- BRASIL. *Portaria nº 2.015*, de 20 de novembro de 2019 — Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares — Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar — Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- CRUZ, Leandra Augusta de C. M. RIBEIRO Maria do Espírito Santo Rosa C. Militarização das escolas públicas do estado de Goiás: uma reflexão sob os

olhares de gloria Anzáldua e Michel Foucault. *Revista Mosaico*, Goiânia. v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

DELEUZE, Gilles. “Controle e Devir”. In: *Conversações (1972-1990)*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1)

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008. (Mundo do Trabalho)

SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SANTOS, Catarina de Almeida. PEREIRA, Rodrigo da Silva. *Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto*. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Org. Charles Bally e Albert Schehaye. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Bliskstein. 28. ed. São Paulo: Cutrix, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.